

10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

**ATA DA REUNIÃO DESCENTRALIZADA DO MÊS ABRIL DE 2024 DO CEDM
LONDRINA - PARANÁ**

Aos 10 dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 9 horas e quinze minutos em segunda chamada, no formato presencial no Auditório do Instituto de Desenvolvimento Rural sito a Rodovia Celso Garcia Cid, km 375 - Vivendas do Arvoredo, em Londrina Paraná e por web conferência pela do Google Meet com Link: <https://meet.google.com/kpb-tbia-fvb>; deu-se início a reunião descentralizada do CEDM. Estavam presentes; **Conselheiras Representantes Governamentais:** Titular: Mariana de Sousa Machado Neris (SEMIPI); Titular: Andrea Mary Cuéllar Tramujas (SEEC); Titular: Jussara Fátima Ribeiro (SEAB); Suplente: Kharin Bevervanso (SEAB); Suplente: Claudete Carvalho Canezin (SETI); Titular: Silvana de Melo Ribas (SEED); Titular: Jane Cristina Lobato Vasques (SEJU); Suplente: Carla Koniieczniak Aguiar (SESA); Titular: Joseli Collaço (CASA CIVIL); Titular: Márcia de Oliveira Amorim (SECID); Suplente: Kamila Conte Kunz (SECID); Suplente: Carolina Pauleto Ferraz Zancan (SESP); **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM); Suplente: Fernanda Queiroz (FMPR); Titular: Taís Adams Gramowski (APP/Sindicato); Titular: Carmen Regina Ribeiro (RFS); Suplente: Sueli Aparecida Castilho Caparroz (RFS); Titular: Margot Lopes lung (LBTQIA+); Titular: Marcia Aparecida de Oliveira Neves (CUT); Titular: Ivanete Paulino Xavier (RMN); Titular: Rosalina Batista (ASSEMPA); Titular: Terezinha Andrade Possebom (HUMSOL); Titular: Maria Inez Barboza Marques (UNESPAR); Titular: Bruna Ravena Braga dos Santos (Casa de Malhu); Suplente: Renata Borges Branco (Casa de Malhu); Suplente: Maria Del Valle Fernandez Rodriguez (Ação Social Irmandade sem Fronteiras); **Colaboradoras(es) e Convidadas(os):** Fernanda Heberle; Mariana Martins Nunes; Janaina de Oliveira Plasido; Sionara de Paula; Natasha Neiva de Lima Queiroz; Robson Eduardo Vieira Mafra; Leandro Araújo; Ana Carolina Bisetto; Sueli Galhardi; Sandra Aguillera; Jeisa Damaris Nogueira; Izabela dos Santos Monteiro, Deise Tokano; item um; **1) Boas vindas da Presidente:** A Presidente Ivanete Paulino Xavier deseja um bom dia, dá boas vindas a todas e todos, fala que com muita alegria estão na reunião descentralizada no Município de Londrina, que é uma honra estar nesta reunião, deseja um ótimo dia de trabalho, declara aberta a reunião e passa para o ponto de pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** a Presidente Ivanete faz a leitura da pauta, diz que tem uma solicitação para a inclusão da pauta Ofício 07/2024 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba – avaliação da realidade do Conselho quanto a qualidade e acerca da inclusão do Conselho ao Fundo Estadual, todas concordam, pauta aprovada; item três; **3) Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Mês de Março de 2024:** Ata sem contribuições, aprovada; a Presidente Ivanete prossegue falando que tem novas representações no CEDM: Conselheira Suplente da SEJU, Viviane da Paz em substituição a Andrea Corat, Conselheira Titular da SEEC, Andrea Mary Cuéllar Tramujas em substituição a Simone Giroto Amorim, Conselheira Titular da SESP, Luciana de Novaes em substituição a Alcileny da Cunha Artigas e Conselheira Suplente da SESP, Carolina Pauleto Ferraz Zancan em substituição a Alessandra Antunes do Prado, Conselheira Titular da SETR, Mariana Silva da Costa em substituição a Liza Marie Fortes, deseja a todas as boas vindas a este Conselho e passa para o próximo ponto de pauta; item quatro; **4) Informes da Secretaria Executiva:** A Secretária Executiva Maria Letícia Acurio Zavala Dellê deseja um bom dia a todas e todos, inicia os informes registrando a justificativa de ausência das Conselheira Titular e Suplente da SEJU devido a agenda interna desta Secretaria e também Titular e Suplente da SETR, devido ao conflito de agenda do evento em questão e os compromissos previamente alinhados por esta Secretaria, informa que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ponta Grossa encaminhou convite para a Presidente Ivanete Paulino Xavier participar do IV Fórum Municipal dos Direitos da Mulher, que aconteceu no dia 21 de março de 2024 das 9:00h às 17:00h, no Grande Auditório da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e na impossibilidade de participação da Presidente e da Vice-presidente do CEDM, a Conselheira Maria Isabel Pereira Corrêa foi indicada para esta representação, com relação aos ofícios recebidos fala que foi recebido o Ofício nº 405/2024 do Gabinete/SEMIPI

61 convidando as representantes do CEDM para Reunião de Instalação do Comitê
62 Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres do Paraná, estiveram
63 presentes as Conselheiras Ivanete Paulino Xavier e Carmen Regina Ribeiro e Ofício nº
64 152/2024 do GS/SEJU com indicação de nova representação Suplente no CEDM – Viviane
65 da Paz – Decreto nº 5220/2024, fala agora com relação aos ofícios encaminhados, Ofícios
66 de nº 39 ao 51 encaminhados às Secretarias que compõem o CEDM, referente a convocação
67 para reunião ampliada e descentralizada deste Conselho em Londrina, Ofícios de nº 54 ao 58
68 encaminhados às associações de municípios da região de Londrina (AMEPAR, AMUVI,
69 AMUNORPI, AMUNOP e AMUSEP), convidando para a reunião ampliada e descentralizada do
70 CEDM, Ofícios de nº 59 a 66 convidando as autoridades para composição da mesa de abertura
71 da reunião ampliada e os palestrantes para compor a mesa de debate, Ofícios de nº 67 ao 70 –
72 encaminhados ao CAM, Delegacia da Mulher, NUMAPE e Hospital Universitário de Londrina,
73 solicitando autorização para realização de visitas técnicas das Conselheiras Estaduais, Ofício
74 nº 71 encaminhado à SEMIPI, confirmando presença na diplomação dos conselheiros do
75 Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná, Ofício Circular nº 01 encaminhado às
76 Prefeituras da região de Londrina, convidando para a reunião ampliada e descentralizada do
77 CEDM, Ofício circular nº 02 encaminhado aos CMDM da região de Londrina, convidando para
78 a reunião ampliada e descentralizada do CEDM e Ofício Circular nº 03 encaminhado às
79 autoridades da região de Londrina, convidando para a reunião ampliada do CEDM, finaliza os
80 seus informes e passa a palavra para Conselheira Maria Isabel Pereira Corrêa fazer o informe
81 sobre a sua participação como representante do CEDM no IV Fórum Municipal dos Direitos da
82 Mulher, que aconteceu no dia 21 de março de 2024 no Auditório da Universidade Estadual
83 de Ponta Grossa (UEPG), Maria Isabel deseja um bom dia as Conselheiras que estão
84 presencial e também no formato virtual, fala que gostaria de relatar sobre o Fórum que
85 participou, diz que foi um Fórum de formação e também eleição deste no Conselho
86 Municipal, que estavam presentes a Prefeita de Ponta Grossa, também o Reitor da
87 Universidade (UEPG) e que o processo eleitoral foi meio tumultuado devido ao fato de haver
88 muita disputa entre as entidades, e por causa deste tumulto algumas palestras do Fórum
89 que estavam previstas para o período da tarde, não aconteceram, pensa que a partir do
90 momento que se tem o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher começa haver mais disputa
91 pelas vagas no Conselho, com candidaturas de entidades que não tratam especificamente
92 de direitos das mulheres, e isso acaba não fortalecendo os Conselhos Municipais, trazendo
93 pautas que não são de defesa dos direitos das mulheres, conta que não foi eleita nenhuma
94 entidade Feminista, portanto pensa que no processo eleitoral dos Conselhos Municipais
95 deva se garantir que as entidades tenham a especificidade de garantia dos direitos e defesa
96 das mulheres, divulgar isso no regulamento do processo eleitoral, pois de outra forma isso
97 se torna muito preocupante, com entidades candidatas que são de interesse do Executivo do
98 Município, e não de fato representantes da sociedade civil, portanto pelo que presenciou
99 neste Fórum em Ponta Grossa, tem a preocupação de que os recursos que forem
100 repassados aos Municípios, através do Fundo a Fundo, sejam realmente, de fato, utilizados
101 para ações em defesa das garantias e dos direitos e enfrentamento a violência contra a
102 mulher, a Conselheira Maria Inez Barboza Marques da UNESPAR, diz que gostaria de
103 propor fazer uma articulação com as Universidades UNESPAR, UEL, UEPG, para um
104 programa de capacitação na formação de lideranças para que as mesmas possam
105 realmente compreender a pauta das mulheres, para fazer essa mobilização necessária,
106 Maria Isabel agradece e diz que gostaria de fazer esse encaminhamento, a Vice Presidente
107 Mariana de Sousa Machado Neris cumprimenta a todas e todos, fala dos eventos que estão
108 programados pela SEMIPI e diz que gostaria de fazer o encaminhamento para a Comissão
109 de Comunicação, Mobilização e Acompanhamentos dos Conselhos Municipais a pauta com
110 relação a questão da parceria com as Universidades para capacitação de formação de
111 lideranças, a Presidente Ivanete agradece e passa a palavra para o Diretor do IDR – Instituto
112 de Desenvolvimento Rural de Londrina Sr. Altair Sebastião Dorigo que deseja um bom dia a
113 todas e todos, fala que em nome do IDR Paraná deseja um bom evento, dá boas vindas em
114 nome do Presidente do IDR Sr. Natalino Avance de Souza que está em férias e conta que
115 atualmente a Presidente do IDR em exercício é a pesquisadora e diretora de pesquisa Vania
116 Moda Cirino, melhor pesquisadora de feijão, e diz que hoje 80% do feijão preto do Paraná é
117 feito pelo IDR-Paraná, fala também que Vania não está presente no dia de hoje pois
118 encontra-se no evento Seminário sobre o Café onde acontecerá a premiação do concurso
119 Qualidade Paraná aonde algumas mulheres cafeicultoras tem vencido já ao longo desses
120 anos nesse concurso, finaliza dizendo que é uma honra receber todas no IDR Londrina, diz
121 que se coloca a disposição e agradece pela atenção, a Presidente Ivanete agradece ao

122 Diretor Altair e passa para o próximo ponto de pauta; item cinco; **5) Informes da Secretaria**
123 **de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa:** A Secretária de Estado Leandre
124 Dal Ponte cumprimenta a todas e todos que estão presentes e também que estão no
125 formato virtual, agradece a oportunidade de poder estar participando da reunião
126 descentralizada do Conselho e parabeniza pela iniciativa porque esta reunião é
127 extremamente importante, pois quando a reunião acontece em uma região distinta faz essa
128 comunicação com a sociedade, leva a informação para a sociedade, gera a notícia e isso
129 repercute e a mulher é uma pauta que não é fácil ter espaço de fala, diz que gostaria de
130 agradecer a Deise Tokano coordenadora dessa região, pelo seu apoio, pelo seu empenho
131 para mobilização dos Municípios para estarem presentes nesse evento, fala que é muito
132 importante pois se começa então a ter um pouco mais de afinidade com a realidade local, e
133 quem sabe o que uma cidade precisa é quem vive nela, fala que tem certeza que foi muito
134 importante no dia de ontem na Reunião Ampliada a troca de experiências entre as
135 Conselheiras Estaduais com as Conselheiras Municipais, pois alguns Municípios que
136 estiveram presentes ontem, criaram recentemente os seus Conselhos Municipais dos
137 Direitos da Mulher e a demanda que essas Conselheiras trazem, seguramente enriquece o
138 debate desse colegiado, diz que não tem como fazer as políticas públicas de Estado
139 chegarem aos Municípios se não se conhece, não se visita esses Municípios, se não se
140 sabe a realidade local dos mesmos, fala que no dia de amanhã terá o evento “II Seminário
141 sobre Violência Política de Gênero, precisamos falar sobre isso”, parceria com o Tribunal
142 Regional Eleitoral do Paraná no auditório da UniCesumar, que esse evento é um avanço,
143 pois nunca o TER-PR fez um evento nesse feitio, nada parecido com violência política de
144 gênero, então pensa que isso é bem importante, fala que gostaria de agradecer toda a
145 mobilização do Conselho em 2023, que foi um ano de uma caminhada que não foi fácil, com
146 uma Secretaria que começou do “zero”, e se essa Secretaria da Mulher conseguiu os
147 resultados obtidos, foi graças a esse esforço coletivo, que as Conselheiras ajudaram muito
148 nesses resultados, fala agora que o Programa Caravana Paraná Unido pelas Mulheres de
149 2023 foi focado na criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, para conseguir
150 que a pauta da mulher entre na agenda política, em especial neste ano que é um ano
151 eleitoral, a Caravana foi muito importante pois em mais de 150 Municípios já existem CMDM,
152 mas pensa que ainda é pouco pois o Paraná tem 399 Municípios, então diz que gostaria de
153 fazer um pedido para as Conselheiras Estaduais, que o Conselho Estadual dos Direitos da
154 Mulher possa se debruçar em uma proposta para se avançar na criação dos Conselhos
155 Municipais nos Municípios que ainda não os tem, diz que isso para ela é a prioridade
156 número 1, pois não se consegue falar em recursos através do Fundo Estadual para os
157 Municípios se os mesmos não possuírem os CMDM, então pede para que se tenha uma
158 mobilização permanente deste Conselho com relação a essa questão, que se coloque essa
159 questão: “meta para ampliar o número de Municípios com Conselho e Fundo” como pauta
160 permanente dentro de alguma Comissão deste Conselho, fala que também gostaria de pedir
161 o apoio da Conselheiras Estaduais para que elas participem e mobilizem a nova temporada
162 do Programa Caravana Paraná Unido pelas Mulheres que será reduzida este ano, devido ao
163 fato de ser um ano eleitoral, com 5 encontros regionais no primeiro semestre, com uma
164 temática diferente do ano passado, em 2024 a pauta levada será os “Programas do Governo
165 do Estado” específicos para atender as Mulheres Vítimas de Violência, trabalhar na
166 Caravana de forma a fortalecer a rede de proteção e o enfrentamento a violência contra as
167 mulheres, conta que foi feita uma força tarefa com a criação do Comitê Interinstitucional de
168 Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres, sendo que o mesmo juntou 6 Secretarias
169 do Estado, trabalhar na Caravana de forma em que a mulher vítima de violência tenha o
170 devido encaminhamento em qualquer lugar que ela vá no Município, que não seja
171 necessário ela ir na Delegacia, que ela chegue na Unidade de Saúde, que ela chegue na
172 Universidade, no CRAS, no CREAS, que toda essa rede saiba o encaminhamento que deve
173 ser dado a essa mulher, pois as vezes ela vai até a Delegacia e não tem o devido
174 acolhimento, as vezes fica constrangida de ir a Delegacia, então é exatamente o que a
175 Caravana pretende fazer, qualificar essa Rede de Proteção que é por vezes imaginária, que
176 não sabe o encaminhamento correto a ser dado a essa mulher vítima de violência, que
177 venha saber qual é o devido encaminhamento, então pede o apoio das Conselheiras, diz
178 que a primeira parada da Caravana será em Goioerê dia 26 de abril, em um local que tem
179 capacidade para aproximadamente 600 pessoas, conta agora que no dia de ontem o
180 Senado aprovou um Projeto de Lei da autoria dela, de 2019, Projeto este que trata de
181 obrigar os Estados a terem um Plano de Metas para o enfrentamento das violências contra a
182 mulher, e o Estado que não cumprir as metas terá uma punição, que para acessar o Fundo

183 de Segurança Pública o Estado tem que estar em dia, se não tiver cumprido as metas não
184 conseguirá acessar esse recurso, outra coisa que traz dentro do Plano de Metas são as
185 medidas de ampliação das Delegacias da Mulher, ampliação para o atendimento das
186 mulheres vítimas de violência, a questão da responsabilização do agressor e também a
187 reflexão do agressor, pois não adianta aplicar uma pena ao agressor e quando o mesmo
188 acaba de cumprir a pena comete novamente a agressão com outra vítima, implantação de
189 capacitação para todos os agentes de segurança no sentido do entendimento da violência
190 contra a mulher para que eles tenham empatia e saibam acolher essa mulher, então acredita
191 que esse Projeto pode mudar muita coisa e transformar muitas histórias tristes de vida das
192 mulheres Brasileiras em uma nova realidade, finaliza pedindo a articulação da Presidente
193 Ivanete e demais Conselheiras para participarem dos eventos das Caravanas e mobilizarem
194 os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher para que participem dos mesmos, agradece
195 a todas pela atenção e diz que fica a disposição para qualquer questionamento, a
196 Conselheira Márcia Aparecida de Oliveira Neves (CUT) pede a palavra, cumprimenta todas
197 as presentes, fala que é professora, parabeniza a Secretária pelo Projeto de sua autoria,
198 Projeto este tão necessário para avançar nas pautas da violência contra a mulher, fala que
199 gostaria de fazer um apelo da categoria dela, pedindo licença ao Conselho, aproveitando a
200 oportunidade da presença da Secretária Leandre, um apelo para uma pauta que vai ser
201 trazida para próximas reuniões ordinárias desse Conselho, que é um apelo com relação as
202 licenças das professoras servidoras da educação, diz que tem a previsão de licença médica,
203 porém tem sido punidas com relação aos atestados de até 3 dias aqueles em que não se
204 consegue passar por perícia, fala que gostaria de fazer um apelo para a intervenção da
205 Secretária Leandre junto ao Secretário de Estado da Educação Roni Miranda Vieira para
206 que haja uma revisão da resolução de distribuição de aulas que tem punido principalmente
207 as servidoras mulheres, pois geralmente as mães precisam atender os filhos(as) doentes
208 levar ao médico, ou levar para fazer exames clínicos somente com os atestados de até 3
209 dias e também os atestados alteram a sua classificação e elas perdem a sua colocação
210 durante o processo de distribuição de aulas, quando se escolhem as disciplinas a serem
211 ministradas por elas, também podem perder seu local de trabalho, e isso acontece por
212 causa desta resolução, portanto esse seria o apelo que tem a fazer, a intervenção da
213 Secretária para que se tenha a revisão desta resolução, finaliza a fala agradecendo pela
214 atenção, as Conselheiras Renata Borges Branco, Fernanda Queiroz, Maria Inez Barboza
215 Marques, Rosalina Batista, Maria Isabel Pereira Corrêa parabenizam a Secretária Leandre
216 pelo seu projeto de Lei, a Conselheira Maria Isabel pede a palavra, fala que no dia 8 de
217 março do ano corrente foi realizado um seminário de lideranças indígenas na casa de
218 passagem indígenas e Curitiba, diz que os relatos das mulheres indígenas lideranças e
219 defensoras de direitos foram fortes e contundentes, que nos territórios indígenas estas
220 mulheres estão literalmente desprotegidas no que se refere a todo tipo de violência, seja das
221 violências domésticas ou de violências de gênero e também há relatos de expulsão de
222 territórios e consequente perda de vínculos familiares, vai finalizando dizendo que precisam
223 de propostas que assegurem a estas mulheres indígenas o mesmo patamar dos direitos
224 conquistados por todas as mulheres, visto que as mesmas não tem voz ativa no Conselho
225 Estadual dos Povos Indígenas, portanto recorrem ao Conselho Estadual dos Direitos da
226 Mulher, conta que a Polícia Militar não pode entrar no território indígena, somente a Polícia
227 Federal pode entrar, portanto gostaria de propor que se tivesse 1 patrulha feminina por
228 Estado da Polícia Federal que pudesse entrar no território para atender essas mulheres
229 indígenas para que elas não fiquem reféns, ou tenham que sair de seu território por motivo
230 de violência, finaliza pedindo para que a Secretária Leandre tenha um olhar de carinho para
231 essas questões das mulheres indígenas, a Secretária Leandre pede a palavra, fala que já
232 tem algumas ações iniciais com relação as indígenas, diz que se reuniram com o coletivo de
233 mulheres indígenas justamente para tratar as questões de violência que elas sofrem em
234 seus territórios e quando as que se encorajam a denunciar são rechaçadas, perseguidas e
235 também para fazer um diálogo para que se tenha maior representatividade feminina na
236 composição do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, porém tem que se entender que
237 dentro do território indígena existe outro tipo de autoridade, que não é o Estado, então
238 infelizmente na Conferência Estadual tentaram fazer uma “determinação” e conseguiram
239 somente fazer uma “recomendação” de participação das mulheres indígenas, portanto ela
240 diz que se comprometeu em levar essa discussão para o colegiado como pauta na reunião,
241 para que o mesmo tenha a sensibilidade e se possa garantir pacificamente com os
242 indígenas que eles reconheçam as mulheres como Conselheiras, também se comprometeu
243 a levar como pauta da reunião do Conselho Indígena a questão da violência contra a mulher

244 para achar juntamente com os homens indígenas uma solução para esse problema, diz que
245 isso tudo talvez não tenha uma repercussão imediata, mas é o início de uma caminhada que
246 começou em 2013 e estamos em 2024, fala que se tem muita dificuldade de estabelecer as
247 responsabilidades interfederativas dentro dos territórios indígenas, as vezes o Estado pode,
248 as vezes não pode, as vezes o Município pode, as vezes não pode, finaliza dizendo que tem
249 cobrado muito isso, que se comece a estabelecer essas fronteiras de até onde cada um
250 pode ir, e quando tiver o retorno dos encaminhamentos vai trazer uma devolutiva para o
251 CEDM, a Vice Presidente Mariana pede a palavra cumprimenta todas e todos, diz que
252 gostaria de fazer o encaminhamento dessa temática trazida por Márcia para a Comissão de
253 Trabalho e Autonomia, para aprofundar esse assunto que tem a ver com os atestados
254 médicos de Servidores do Estado, que podem ser mulheres, que podem ser professoras e
255 que podem ser homens, essa é uma política de cuidados, e é um assunto bem importante,
256 também faz a proposta de levar a questão da violência contra as mulheres indígenas para o
257 Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres, podendo se
258 criar dentro deste Comitê uma Câmara Técnica para tratar dessa pauta, a Presidente
259 Ivanete agradece as falas, faz então o encaminhamento sugerido por Mariana da questão
260 trazida pela Conselheira Márcia Aparecida de Oliveira Neves sobre os atestados médicos de
261 3 dias para a Comissão de Trabalho e Autonomia, faz encaminhamento das questões do
262 enfrentamento a violência contra as mulheres indígenas para a Comissão de Enfrentamento
263 da Violência Contra a Mulher, agradece a Secretária de Estado Leandre, a parabeniza pelo
264 seu Projeto de Lei, reafirma o convite da mesma para participação e mobilização das
265 Conselheiras no evento Caravana Paraná Unido pelas Mulheres, e não tendo mais nada a
266 tratar passa para o próximo ponto de pauta; item seis; **6) Relatório das Comissões**
267 **Permanentes: 6.1) Comissão de Trabalho e Autonomia:** Conselheiras presentes: Tais
268 Adams Gramowski (APP), Mariluce dos Santos de Pontes Gogosz (SETR), Silvana de Melo
269 Ribas (SEED), Márcia Aparecida de Oliveira Neves (CUT), Celina do Carmo da Silva
270 Wotcoski (APP), Apoio Técnico: Sionara de Paula, Demais participantes: Maria Letícia –
271 Secretaria Executiva do Conselho, Leonardo Pelegrin de Almeida, Soraya Cristina Azevedo -
272 Coordenadora Pedagógica dos Colégios Cívico-militares do Estado do Paraná, Ana Paula
273 Vaz – Professora Técnica Pedagógica do Departamento de Programas para a Educação
274 Básica da SEED PR, ao qual a Coordenação do Colégio Cívico Militares está vinculada,
275 reunião ocorrida em 01 de abril de 2024, **Pauta 1** - Protocolo nº 21.781.564-9 – SEED –
276 retorno aos questionamentos da APP Sindicato – plataforma das escolas: Em
277 atenção ao ofício n.º 29/2024 do CEDM, o Diretor de Educação Anderfábio Oliveira dos
278 Santos informa via ofício 007/2024 – DEDUC/ SEED, que tomou ciência e analisará as
279 pautas em questão, além de informar estar aberto ao dialogo com a sociedade civil. O
280 número desse protocolo foi enviado para a Sra. Silvana Ribas da SEED. **Parecer da**
281 **Comissão:** Com a devolutiva positiva, essa comissão solicita o agendamento de uma
282 reunião presencial com o Sr. Anderfábio, a Conselheira da SEED, as conselheiras dessa
283 Comissão de Trabalho e Autonomia e conselheiras desse Conselho Estadual dos Direitos da
284 Mulher, **Parecer do CEDM:** Aprovado; **Pauta 2** - Protocolo nº 21.743.321-5 – SEED –
285 retorno aos questionamentos sobre a retomada da militarização das escolas. Após
286 exposição dos questionamentos sobre os argumentos educacionais e pedagógicos para
287 tornar os colégios cívicos militares, a professora Ana Paula Vaz indicou que fossem
288 convidados profissionais de instâncias superiores a ela, para ter condições de responder
289 essas questões, **Parecer da Comissão:** Aprovado, Solicitamos que os responsáveis pela
290 implementação do programa sejam convocados para a próxima reunião dessa comissão,
291 **Parecer do CEDM:** Aprovado, Anexar os documentos da AGU e da PGR, denúncias de
292 sindicatos, números de evasão escolar, dentre outros, no ofício e motivação do
293 reagendamento, **Pauta 3** - Protocolo nº 21.118.737-9 – pauta sobre os direitos da mulher e
294 questões de gênero no Conselho Estadual de Educação – relato da visita ao Conselho
295 Estadual de Educação – Conselheiras Ivanete Xavier e Mariana Neris. Visita institucional
296 ao Conselho Estadual de Educação (CEE). Estavam presentes: Presidente do CEDM
297 Ivanete Xavier, Vice-Presidente do CEDM Mariana Neris, Secretária Executiva do CEDM
298 Maria Letícia Dellê, Presidente do CEE Sr. João Carlos Gomes, Lucineide Gurski da
299 Secretaria-Geral do CEE e Cássia Stein, Assessora Pedagógica do CEE. No dia 21 de
300 março de 2024, as Conselheiras realizaram uma visita à sede do Conselho Estadual de
301 Educação, levando em mãos o Ofício nº 059/2023, Protocolo nº 21.118.737-9, que trata de
302 pautas afetas a mulher no Conselho Estadual de Educação. Na ocasião, foram recebidas
303 pela Presidência do CEE, que apresentou quais as atribuições daquele conselho.
304 Dialogaram sobre a preocupação do CEDM quanto às decisões que afetam as mulheres,

305 sejam as trabalhadoras do sistema educacional ou mesmo as mulheres chefes de família,
306 responsáveis pelos estudantes. Destacaram a preocupação do CEDM quanto as decisões
307 que podem interferir na saúde e no bem-estar das mulheres. O Presidente do CEE as
308 acolheu com afetuosidade e admitiu que não há no CEE nenhuma discussão ou ação
309 específica focada nas mulheres. Destacou que todas as políticas educacionais são
310 definidas pela gestão estadual e que cabe ao CEE cumprir normativas nacionais e
311 estaduais, e não ser propositivo ou deliberativo quanto aos rumos da educação. No
312 entanto, comprometeu-se a fazer um debate interno junto aos demais conselheiros com
313 vistas a contemplar a demanda por um atendimento específico voltado às mulheres,
314 levando-se em consideração a importância da mulher para o sistema educacional.
315 Assumiu o compromisso de monitorar e divulgar o calendário das campanhas estaduais de
316 prevenção à violência contra a mulher e ao feminicídio, atuando como articulador e
317 mobilizador de atores em agendas como a Caminhada do Meio Dia (22/07) ou na semana
318 escolar de prevenção e combate à violência contra as meninas e mulheres, dentre outras
319 que se fizerem necessárias, **Parecer da Comissão:** Ciente, **Parecer do CEDM:** Reiterar a
320 agenda com a SEED e incluir representantes dessa comissão na reunião com a SEED; **6.2)**
321 **Comissão de Comunicação, Mobilização e Acompanhamento dos Conselhos**
322 **Municipais:** Conselheiras Presentes: Terezinha Andrade Possebom (HUMSOL), Rosalina
323 Batista (ASSEMPA), Silvana Rausis Fachenco (ASSEMPA), Kamila Conte Kunz (SECID),
324 Demais presentes: Maria Letícia Zavala Dellê, Sandra Cristina Hey Paizani, Apoio Técnico
325 Priscila Alves da Silva, reunião ocorrida em 02 de abril de 2024, **Pauta 1** - CMDDHM de
326 Pato Branco – solicitação de informações sobre a conferência e o plano de políticas
327 públicas. O Conselho Municipal de Pato Branco encaminhou e-mail ao CEDM informando
328 que não possui um plano de políticas públicas e que somente poderá elaborar após a
329 conferência. Como o cronograma das conferências está previsto para o ano de 2025,
330 questiona se deve realizar uma conferência em 2024 e outra em 2025, **Parecer da**
331 **Comissão:** Informar ao Conselho Municipal de Pato Branco que a criação do plano é
332 atribuição da gestão municipal, que o Conselho aprova o plano e fiscaliza as ações. A
333 gestão deverá solicitar pauta no Conselho, o qual poderá convocar uma reunião
334 extraordinária para deliberar sobre as diretrizes do plano elaboradas pela gestão. Quando
335 a extraordinária for agendada, poderá solicitar a presença de uma representante do CEDM
336 para orientar, auxiliar e assessorar na construção do plano municipal, **Parecer do CEDM:**
337 **Aprovado, Pauta 2** - Protocolo nº 21.118.737-9 – pauta sobre os direitos da mulher e
338 questões de gênero no Conselho Estadual de Educação – relato da visita ao Conselho
339 Estadual de Educação – Conselheiras Ivanete Xavier e Mariana Neris. RELATÓRIO DE
340 VISITA INSTITUCIONAL AO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE), DATA:
341 21/03/2024, LOCAL: SEDE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, ENDEREÇO: Av.
342 República Argentina, 1070, Água Verde, Curitiba, Paraná, PARTICIPANTES: Presidente do
343 CEDM Ivanete Xavier, Vice-Presidente do CEDM Mariana Neris, Secretária Executiva do
344 CEDM Maria Letícia, Presidente do CEE Sr. João Carlos Gomes, Lucineide Gurski da
345 Secretaria-Geral do CEE e Cássia Stein, Assessora Pedagógica do CEE. No dia 21 de
346 março de 2024, realizamos uma visita à sede do Conselho Estadual de Educação, levando
347 em mãos o Ofício nº 059/2023, Protocolo nº 21.118.737-9, que trata de pautas afetas a
348 mulher no Conselho Estadual de Educação. Na ocasião, fomos recebidas pela Presidência
349 do CEE, que nos apresentou quais as atribuições daquele conselho. Dialogamos sobre a
350 preocupação do CEDM quanto às decisões que afetam as mulheres, sejam as trabalhadoras
351 do sistema educacional ou mesmo as mulheres chefes de família, responsáveis pelos
352 estudantes. Destacamos a preocupação do CEDM quanto as decisões que podem interferir
353 na saúde e no bem estar das mulheres. O Presidente do CEE nos acolheu com afetuosidade
354 e admitiu que não há no CEE nenhuma discussão ou ação específica focada nas mulheres.
355 Destacou que todas as políticas educacionais são definidas pela gestão estadual e que cabe
356 ao CEE cumprir normativas nacionais e estaduais, e não ser propositivo ou deliberativo
357 quanto aos rumos da educação. No entanto, comprometeu-se a fazer um debate interno
358 junto aos demais conselheiros com vistas a contemplar a demanda por um atendimento
359 específico voltado às mulheres, levando-se em consideração a importância da mulher para o
360 sistema educacional. Assumiu o compromisso de monitorar e divulgar o calendário das
361 campanhas estaduais de prevenção à violência contra a mulher e ao feminicídio, atuando
362 como articulador e mobilizador de atores em agendas como a Caminhada do Meio Dia
363 (22/07) ou na semana escolar de prevenção e combate à violência contra a meninas e
364 mulheres, dentre outras que se fizerem necessárias, **Parecer da Comissão:** Foi feita a
365 leitura do relatório e solicita-se a leitura em plenária para conhecimento, avaliação e

366 encaminhamento, **Parecer do CEDM:** Reiterar a agenda com a SEED e incluir
367 representantes dessa comissão na reunião com a SEED, Inclusão de pautas: **1** –
368 Capacitação de conselheiras, **Parecer do CEDM:** Realizar uma força tarefa dentro desta
369 comissão para elaboração do projeto de capacitação, **2** – Comissão de Legislação e
370 Normas, **Parecer do CEDM:** Durante a revisão do regimento, prever normas para a
371 participação das conselheiras nas comissões, incluindo sanções por ausência sem
372 justificativas e **3** - Ofício nº 07/2024 – CMDM de Curitiba – avaliação da realidade do CMDM de
373 Curitiba, quanto a paridade e acerca da inclusão do CMDM ao Fundo Estadual; **6.3)**
374 **Comissão de Planejamento e Orçamento:** Conselheiras presentes: Mariana de Sousa
375 Machado Neris, Bruna Ravena Braga dos Santos, Rockmillys Basante Palomo, Ana Cláudia
376 Justino Sérgio Gianni, Andrea (SEEC), Apoio técnico: Jucelma Silveira Martinatto Bueno da
377 Silva, Demais presentes: Maria Letícia Acurio Zavala Dellê, reunião ocorrida em 27 de
378 março de 2024, **Pauta 1** – Protocolo nº 21.814.922-7 – SESP – solicitação de indicação de
379 representantes do CEDM para compor Grupo de Trabalho para a elaboração de Plano de
380 Ação com vistas a subsidiar respostas ao Relatório de Auditoria do TCE/PR, **Parecer da**
381 **Comissão:** Indicação das Conselheiras Rockmillys Basante como Titular e Bruna Ravena
382 como Suplente. Solicitar o calendário das reuniões e o material para análise prévia das
383 conselheiras, **Parecer do CEDM:** Aprovado, **Pauta 2** - Aprovação do relatório do FEDIM a
384 ser encaminhado ao TCE. Após a aprovação do relatório do FEDIM no mês de março de
385 2024 pelo CEDM, referente ao repasse fundo a fundo – exercício 2023, este foi
386 encaminhado ao setor financeiro da SEMIPI para adequação quanto a linguagem do
387 relatório a ser encaminhado ao Tribunal de Contas, retorna para ciência do Conselho.
388 **Parecer da Comissão:** Ciência dos ajustes feitos pelo setor financeiro da SEMIPI. Fazer a
389 leitura dos ajustes em plenária, **Parecer do CEDM:** Aprovado, inclusão de pautas para a
390 próxima reunião: PLOA 2025 – convidar SEMIPI para apresentação na comissão,
391 Monitoramento do PPA a partir do recorte de gênero e raça – Convidar a SEPL para
392 apresentação do PPA na comissão; **6.4) Comissão de Legislação e Normas:**
393 Conselheiras presentes: Fernanda Queiroz, Jane Cristina Lobato Vasques, Lisandra Maria
394 K. Nadal, Demais presentes: Andrea Tramuja e Maria Letícia Zavala Dellê, reunião ocorrida
395 em 03 de abril de 2024, **Pauta 1** - Revisão do Regimento Interno do CEDM – proposta de
396 alteração – contribuições da Conselheira Carmen Ribeiro, **Parecer da Comissão:** A
397 comissão delibera por reabrir prazo de envio das contribuições das conselheiras sobre as
398 atribuições específicas de cada comissão, constantes no Título III, bem como envio de
399 considerações que julgarem pertinentes na revisão do regimento interno até a data de 26/04,
400 **Parecer do CEDM:** Aprovado, **Pauta 2** - Conselheira Bruna Ravena - Proposta de PL ou
401 outro ato normativo que tenha previsão de recurso financeiro para as mulheres que sofrem
402 violência/agressão e que precisam de passagem para sair do seu local de moradia.
403 **Relato:** Na plenária de fevereiro de 2024, a Conselheira Bruna Ravena sugeriu o retorno da
404 pauta para esta comissão no intuito de qualificar a proposta. A Conselheira externou a
405 preocupação com os trâmites burocráticos em casos emergenciais, e que é necessária a
406 proposta de um Projeto de Lei ou outro ato normativo que permita que a mulher em situação
407 emergencial, que está correndo risco de vida e necessite se retirar do local de moradia,
408 tenha a passagem emitida gratuitamente, após o registro de boletim de ocorrência. Em
409 pesquisa realizada pelo apoio técnico foram localizados 6 (seis) projetos de lei com temática
410 similar que propõem auxílio a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado
411 do Paraná, quais sejam, 401/2020, 76/2021, 278/2021, 41/2023, 74/2023, 196/2023, os
412 projetos de lei propostos após o PL 401/2020 foram anexados a este por tratarem de
413 matérias correlatas. Importante analisar, a Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica de
414 Assistência Social) prevê os benefícios eventuais, que são provisões suplementares e
415 provisórias a qualquer cidadão em situação de vulnerabilidade temporária, portanto,
416 possíveis de serem utilizadas pelas gestões municipais de Assistência Social para a
417 concessão de aluguel social às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, A
418 Lei nº 14.674/2023 que alterou a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da
419 Penha), criou uma nova medida protetiva, inserindo-a no artigo 23, VI, para dispor sobre o
420 auxílio aluguel a ser concedido pelo juiz à ofendida vítima de violência doméstica afastada
421 do lar, em situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a seis
422 meses. O objetivo da lei é garantir o acesso a recursos financeiros às vítimas em situação
423 de vulnerabilidade socioeconômica a fim de auxiliá-las a cobrir os gastos relacionados ao
424 aluguel de uma nova moradia e dependentes de seus agressores. Com as alterações
425 introduzidas pela Lei 14.550/2023, pode ser deferido o auxílio aluguel mesmo que a vítima
426 não registre BO, a violência não precisa estar tipificada e não há necessidade de que tenha

427 sido instaurado inquérito ou processo criminal para que a vítima tenha direito ao benefício.
428 Ainda, conforme consta na pauta da Comissão de Enfrentamento às Violências, a
429 Coordenação De Enfrentamento às Violências CEVIM/SEMIPI está elaborando Nota Técnica
430 sobre Estratégias para Atendimento Emergencial de Mulheres em situação de alto risco e
431 fluxo para atendimento que será apresentada em momento oportuno, **Parecer da**
432 **Comissão:** Diante das informações prestadas, será realizado o envio dos PL's localizados
433 pelo apoio técnico para qualificação da proposta de encaminhamento, bem como a
434 comissão realizará pesquisa de legislações e propostas de outros Estados, **Parecer do**
435 **CEDM:** Aprovado; **6.5) Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher:**
436 Conselheiras presentes: Carla Konieczniak Aguiar (SESA), Maria Isabel Pereira Corrêa
437 (UBM), Alcileny Adriana da Cunha Artigas (SESP), Isabela Candeloro Campoi (UNESPAR) e
438 Carmen Regina Ribeiro (RFS), Silvia Cristina de Lima (SEDEF), Apoio Técnico: Fernanda
439 Heberle (SEMIPI), Demais presentes: Renata Borges Branco, Silvana Rausis Fcachenco,
440 Maria Letícia Zavala Dellê, reunião ocorrida em 01 de abril de 2024, **Pauta 1** - Protocolo nº
441 21.905.847-0 – Ofício nº 77/2024 – SINCLAPOL – denúncia de possível discriminação de
442 gênero nas escalas e plantões da 6ª Central Regional de Flagrantes de Londrina/PR,
443 **Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício à SESP/ Delegado Chefe de Londrina e ao
444 chefe da divisional (ver com a Alcileny os nomes corretos) , manifestando preocupação do
445 Conselho com os fatos relatados pelo SINCLAPOL indicando possível desigualdade de
446 gênero na escala de plantões na Cidade de Londrina iniciada em setembro de 2023 e
447 solicitando que haja uma resposta às indagações e solicitações encaminhados pelo
448 SINCLAPOL através dos Ofícios 126/2023, 127/2023 (apensado ao Ofício nº 126/2023) e
449 128/2023 (também apensado ao Ofício nº 126/2023), caso ainda não tenha havido a devida
450 resposta. **Parecer do CEDM:** Aprovado. Encaminhar também o protocolo e seus anexos
451 ao CMDM de Londrina, para acompanhamento, **Pauta 2** - Protocolo nº 21.163.643-2 –
452 CMDM de Londrina – funcionamento da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
453 de Londrina – retorno da SESP. O CEDM acolheu a demanda de Londrina e encaminhou
454 ofício à SESP indagando sobre as possibilidades de atendimento ao solicitado. Recebeu
455 resposta da Secretaria, informando as possibilidades de atendimento no momento,
456 considerando as condições de falta de pessoal, **Parecer da Comissão:** Encaminhar cópia
457 do ofício da SESP ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Londrina para que as
458 medidas propostas possam ser acompanhadas pelo referido Conselho Municipal, **Parecer**
459 **do CEDM:** Aprovado. Encaminhar ofício à SESP e ao Comitê de Enfrentamento,
460 solicitando atendimento 24h das DEAMs, com cópia a todos os CMDM do PR, **Pauta 3** -
461 Relatório de visita da Conselheira Renata Borges ao Sistema Carcerário de Mulheres
462 Transexuais de Toledo. Trata-se de relatório abordando aspectos de estigmatização das
463 mulheres trans por estarem numa prisão masculina voltada para crimes sexuais,
464 apontando problemas na atenção à saúde e sanitários, precariedade das instalações por
465 problemas na manutenção predial, qualidade e quantidade de alimentação, possibilidade
466 de ocorrer irregularidades na contratação de pessoal através de empresa terceirizada,
467 dificuldades para a assistência jurídica, condições de trabalho inadequadas na produção
468 de bolas, falta de estrutura de pessoal na área psicossocial, entre outros, **Parecer da**
469 **Comissão:** Encaminhar o relato escrito pela Conselheira Renata de visita realizada as
470 detentas Trans alocadas na unidade da Penitenciária Masculina de Toledo, para as
471 seguintes organizações, acompanhado de observações específicas: **SESA** - solicitar a
472 avaliação dos aspectos do relatório referentes à saúde das detentas e às questões
473 sanitárias de forma a instrumentalizar este Conselho e principalmente sugerir e implementar
474 medidas de correção dos aspectos identificados como incorretos ou deficitários; **Defensoria**
475 **Pública** - solicitando informações sobre o atendimento jurídico das detentas, indicando os
476 fluxos e dificuldades para a realização deste atendimento, bem como, indicando medidas
477 para viabilizar a necessária assistência jurídica; **Ministério Público** - solicitando a avaliação
478 dos aspectos levantados no relatório, solicitando informações que, eventualmente, o MP
479 possa ter à respeito, incluindo ações já efetuadas ou a ser desencadeadas pelo MP, como é
480 o caso da possibilidade de ocorrência de ilegalidade na contratação da serviços junto à
481 Penitenciária de Toledo; **Ordem dos Advogados do Brasil** - solicitando a avaliação da
482 Ordem em relação ao atendimento das detentas, uma vez que representantes da entidade
483 realizaram visita e, segundo as detentas ,receberam informações sobre a situação em que
484 se encontram, como também se propuseram fornecer alguns itens solictados pelas detentas;
485 **Consea** - solicitar uma avaliação sobre o fornecimento de alimentação às penitenciárias do
486 Estado, em especial sobre formas e condições de controle da qualidade do alimento
487 ofertado; **Tribunal de Justiça do Paraná** - Grupo de Trabalho de acompanhamento dos

488 presídios (ver com Renata o nome correto), para ciência; **DEPEN** - indicando que o
489 Conselho está encaminhando o relatório às entidades acima referidas e solicitando um
490 posicionamento do DEPEN sobre os problemas levantados no relatório e medidas que estão
491 ou serão tomadas a partir deste. Solicitar resposta no prazo de 25 dias, de forma a ser
492 apreciado na próxima reunião da Comissão de Enfrentamento à Violência e levado à
493 próxima reunião do Pleno do Conselho; **Parecer do CEDM:** Aprovado, **Pauta 4** -
494 Conselheira Renata Borges – denúncia de agressão que sofreu pela Guarda Municipal de
495 Apucarana. Trata-se de agressão sofrida pela Conselheira pela Guarda Municipal de
496 Apucarana quando solicitou atendimento a uma mulher que vive na rua e se encontrava em
497 risco de violação, devido à recusa da Guarda em executar o protocolo municipal de solicitar
498 o apoio da assistência social, **Parecer da Comissão:** Fazer uma nota de repúdio pelo
499 acontecido à Prefeitura de Apucarana, e encaminhar o relato da agressão ao Conselho
500 Municipal dos Direitos das Mulheres de Apucarana, solicitando apreciação em nível local e
501 providências cabíveis, **Parecer do CEDM:** Aprovado. A Conselheira Renata encaminhará o
502 relato sobre o ocorrido e a Conselheira Carminha vai elaborar a nota de repúdio.
503 Encaminhar também ofício ao órgão gestor responsável pela segurança pública e secretaria
504 da mulher do município de Apucarana, solicitando informações sobre as providências
505 adotadas neste caso, **Pauta 5** - Conselheira Silvana Rausis – saúde nutricional das Aldeias
506 Indígenas – alimentação, nutrição e saúde mental, **Parecer da Comissão:** Convidada a
507 participar da reunião da Comissão de Enfrentamento, para sua justificativa sobre o tema da
508 inclusão, a mesma identificou alguns dos principais fatores que incidem sobre as aldeias
509 indígenas e conseqüentemente as mulheres, que devem ser observados e criteriosamente
510 estudados e analisados junto aos principais gestores responsáveis pelo segmento, para o
511 devido conhecimento e adequação de propostas e possibilidades de atuação efetiva, já que
512 os territórios onde se situam as Aldeias, invariavelmente envolvem a jurisdição do Município,
513 Estado e União, portanto Organizações Governamentais, que por sua vez podem apoiar as
514 iniciativas ou programas especificamente indicados de acordo com o perfil do segmento em
515 pauta, **Parecer do CEDM:** Aprovado, **Pauta 6** - Providências que o CEDM pode adotar
516 após a escuta, no dia 08 de março, das indígenas na Casa de Passagem de Curitiba. No
517 dia 8 de março do ano corrente foi realizado um seminário de lideranças indígenas na casa
518 de passagem indígenas e Curitiba. Os relatos das mulheres indígenas lideranças e
519 defensora de direitos foram fortes e contundentes. Nos territórios indígenas estas mulheres
520 estão literalmente desprotegidas no que se refere a todo tipo de violência, seja das
521 violências domésticas ou de violências de gênero em função de sua atuação social na
522 defesa de direitos de todas as mulheres indígenas. Há relatos de expulsão de territórios e
523 conseqüente perda de vínculos familiares, fundamentais na construção das sociedades
524 indígenas. Considera-se que é muito difícil, enquanto conselho, deliberar por propostas que
525 assegurem a estas mulheres indígenas o mesmo patamar dos direitos conquistados por
526 todas as mulheres, haja vista que sequer o uso da Lei Maria da Penha elas podem buscar.
527 Isto se dá porque a polícia militar está impedida de entrar em territórios indígenas, onde
528 somente a polícia federal pode adentrar, **Parecer da Comissão:** Considera-se que
529 devemos ouvir, de forma prolongada e permanente, as mulheres indígenas pois não há
530 uma cadeira no conselho que as represente. Ouvindo-as sistematicamente talvez
531 possamos contribuir com ideias para o avanço de políticas públicas para as mulheres
532 indígenas. Ouidas as demandas, devemos entender que serão ações intersetoriais, e
533 portanto, poderíamos servir como ponto emanador, buscando parcerias com
534 Universidades, com outros Conselhos e Secretarias Estaduais, com a FUNAI, com Itaipu
535 Binacional, bem como com outras instâncias que forem julgadas pertinentes, para iniciar
536 essa jornada de inclusão das mulheres indígenas no rol da garantia dos direitos das
537 mulheres. Isso porque as carências não são somente da área de enfrentamento a violência,
538 mas são carências das mais diversas ordens, **Parecer do CEDM:** Aprovado. Encaminhar
539 ofício ao Conselho Estadual dos Povos indígenas, solicitando que haja ampliação da
540 participação de mulheres naquele Conselho, não tendo mais nada a tratar nesta pauta a
541 Presidente Ivanete passa para o próximo ponto de pauta; item sete; **7) Ofício 07/2024 do**
542 **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba – avaliação da realidade do**
543 **Conselho quanto a qualidade e acerca da inclusão do Conselho ao Fundo Estadual:** A
544 Conselheira Carmen Regina Ribeiro pede a palavra, fala que fez muitos contatos para ter
545 mais elementos para ajudar a pensar uma resposta ao ofício do CMDM de Curitiba que
546 solicita inclusão do Fundo Estadual, porém o mesmo não tem o critério de paridade de
547 entidades representantes, 60% são representantes da sociedade civil, diz que procurou
548 informações junto a Defensoria Pública para ver se eles podem fazer um parecer jurídico a

549 respeito do Conselho que não é paritário, eles responderam que podem fazer um estudo
550 dando um parecer, então esse parecer jurídico seria a sua proposta, a Conselheira Maria
551 Isabel pede a palavra, fala que o CMDM de Curitiba não contempla a lei do fundo então
552 certamente para este ano não vai conseguir se credenciar para receber o repasse Fundo a
553 Fundo, propõe além do parecer jurídico sugerido por Carmen, fazer uma consulta ao
554 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher sobre esta questão da não paridade do Conselho,
555 a Vice Presidente Mariana pensa que deve ser necessária uma revisão do decreto para que
556 Curitiba possa se credenciar, porém esse é um processo longo, a Secretária Executiva
557 Maria Letícia se propõe a encaminhar os ofícios para a Defensoria Pública e Conselho
558 Nacional dos Direitos da Mulher solicitando um parecer com a relação a composição não
559 paritária do CMDM Curitiba visto que a paridade é critério de acesso ao recurso do Fundo
560 Estadual; a Presidente Ivanete agradece e passa para o ponto de pauta; item oito; **8)**
561 **Palavra das Conselheiras:** A Conselheira Maria Isabel pede a palavra, diz que
562 primeiramente gostaria de agradecer a Rosalina Batista que conduziu esse processo
563 trabalhoso para acontecer a reunião descentralizada e ampliada em Londrina, parabeniza
564 também Deise Tokano, Sueli Galhardi e agradece pela recepção na cidade, a oportunidade
565 proporcionada de fazer as visitas técnicas, que foram muito importantes, agradece também
566 a equipe da SEMIPI que muito trabalhou para organizar o evento das reuniões, diz que
567 esses dois dias de reuniões foram muito produtivos e ela tem muita gratidão por isso, a
568 Presidente Ivanete diz que faz das palavras de Maria Isabel suas palavras e finaliza
569 agradecendo a todas as Conselheiras, Convidadas(os), Colaboradoras(es), dando por
570 encerrada a Reunião Descentralizada. Esta ATA foi degravada por Sandra Cristina Hey
571 Paizani Assessora da Secretaria Executiva da SEMIPI, e será encaminhada as Conselheiras
572 para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada no DIOE e
573 publicizada no site do CEDM/PR.

574
575
576
577
578

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO PARANÁ - CEDM/PR
Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico - Curitiba - Paraná